

TEETETO 201c-202d: OS *PRIMA STOICHEIA* E A CONDIÇÃO DE PERCEPTIBILIDADE

Mariane Oliveira

Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Mestranda Universidade Federal de Santa
Maria

Resumo: Este artigo não visa esgotar o tema da perceptibilidade em Platão, nem ao menos dar conta de todas as interpretações para o pequeno recorte de texto que avalia, a saber: 201c e 202d. O artigo permite vislumbrar duas linhas de interpretação, a de Borges e a Sedley, bem como ter o esboço de uma possível resposta à seguinte questão: como a condição de perceptibilidade dos *prima stoicheia* pode ser harmonizada com as demais condições na teoria do sonho?

Palavras-chave: Platão; Teeteto; *prima stoicheia*; percepção.

Abstract: This paper is not intended to exhaust the theme of perception in Plato, did not even realize all the interpretations of the small text clipping that evaluates, namely 201c and 202d. The paper provides a glimpse of two lines of interpretation, of Borges and Sedley as well as having the outline of a possible answer to the following question: how the perception condition of *prima stoicheia* can be harmonized with the other conditions on dream theory?

Keywords: Plato; Theatetus; *prima stoicheia*; perception.

1. Introdução

O artigo propõe examinar duas linhas de interpretação, a de Borges e a Sedley, bem

como ter o esboço de uma possível resposta à seguinte questão: como a condição de perceptibilidade dos *prima stoicheia* pode ser harmonizada com as demais condições na teoria do sonho?

Entre 201c e 202d, Sócrates propõe o que ficou conhecido como “teoria do sonho” (“Então, que vá um sonho em troca de outro”). Há disputa na literatura sobre se o sonho é um argumento colocado por Platão na discussão ou se fora assunto corrente entre outros sábios do período, algo de conhecimento comum, visto que Teeteto afirma ser esta justamente a tese que outrora não havia lembrado (202c). Não discutiremos essas hipóteses aqui, mas tomaremos a teoria como sendo de um autor neutro, que, todavia, não conhecemos. O que pode ser dado por certo é que a teoria do sonho já antecipa, como versão preliminar, a tese de que o conhecimento é opinião verdadeira acompanhada por *logos* (cf. BURNYEAT, 1970, p. 10-21; MILLER, 1992, p. 90).

A teoria dos sonhos é introduzida como uma tentativa de dar fim à circularidade da definição de conhecimento. Pelo que Platão já havia estabelecido, para ter conhecimento de x, é necessário dar uma justificação de x. Mas é preciso conhecer todos os objetos da justificação. Aí está a circularidade provinda do Menon (FINE, 2003). Segundo Fine, nas primeiras páginas da terceira seção, a teoria dos elementos primitivos justifica-se como uma tentativa de dar fim à circularidade, uma via intuitiva, não-discursiva de acesso ao conhecimento, mas não é bem-sucedida, levando Platão a tratar dos três sentidos de *logos* posteriormente.

Contudo, nosso objetivo é olhar com mais atenção para a teoria e tentar compreender o que sejam os *prima stoicheia*. Já ao início da teoria do sonho é apresentado o tema dos elementos primitivos [*prima stoicheia*] e compostos. Vejamos o começo da passagem que explica a relação entre os elementos em detalhe:

Mariane Oliveira

Ouve, então, um sonho no lugar de outro. Pareceu-me também ouvir de alguns que os assim chamados elementos primitivos, a partir dos quais nós e tudo o mais somos compostos, não possuem logos; pois em si mesmo cada elemento só pode ser nomeado; não é possível expressar nada mais acerca dele, seja que [o elemento] é, seja que [o elemento] não é; dizer isso já seria adicionar ser ou não ser, mas não podemos atrelar nada ao elemento se quisermos exprimi-lo em si, isoladamente. [...] Mas, de fato, é impossível que qualquer destes itens primitivos seja expresso num logos; pois é permitido ao elemento ser apenas nomeado – um nome é tudo o que ele tem. Quanto aos itens compostos destes, da mesma forma que os elementos são entrelaçados também seus nomes se entrelaçam e formam um logos; porque a essência do logos é ser um entrelaçamento de nomes. Desse modo, os elementos são inexprimíveis [*aloga*] e incognoscíveis [*agnôsta*], mas sensíveis [*aisthêta*]; já os complexos [*syllabas*] são cognoscíveis [*gnôstas*], exprimíveis e objeto de opinião verdadeira. (201e-202^a, tradução de Anderson Borges).

É dado por certo que os elementos primitivos não admitem logos, que poderia ser traduzido como explicação, razões, justificação etc. É difícil definir aqui o sentido de logos, mas, para Sócrates, a partir de 206c podemos distinguir possivelmente três sentidos em que algo pode admitir logos: (a) uma *proposição*, exprimindo em palavras o julgamento de alguém; (b) uma enumeração de todos os elementos de um objeto, isto é, uma *análise* do objeto através de seus elementos e; (c) uma *diferenciação* de um objeto de outras coisas. (BURNYEAT, 1990, p. 136). Os compostos são associados a uma definição, por possuírem logos, e a uma “combinação de nomes” – o que mostrará, depois, ser insuficiente para o conhecimento, por ser um tratamento “aglomerativo” (DENYER *apud* BORGES, p. 12) do ato de conhecer, e não explicativo. De todo modo, o que temos como quadro geral é que os compostos são aquilo que se pode

conhecer através de seus *logoi* e os elementos primitivos não. Mas por que uma explicação metafísica da relação elemento-composto seria importante neste contexto? Segundo Borges (2010, p.19), Platão quer estabelecer a diferença lógica entre itens que podem ser conhecidos e itens cuja natureza intrinsecamente não permite que sejam conhecidos. Burnyeat vê o início dessa passagem como clarificador do “estatuto” metafísico da discussão ao clarificar a noção de compostos – embora a noção de elemento permaneça “em mistério”, segundo o autor –, pois apresenta a relação elemento-composto no domínio das coisas, não das proposições: “As regards complexes, this is helpful, for it tell us that ‘we and everything else’ are complexes. ‘We and everything else’ ought to be objects rather than propositions, so it is complex objects which have accounts and are knowable.” (BURNYEAT, 1990, p. 135)

Segundo Fine (2003, p.229), podemos falar em dois sentidos em que os *prima stoicheia* são incognoscíveis, dependendo do sentido de logos que assumirmos. No sentido de logos₁, que pode significar uma descrição ou asserção, os elementos serão incognoscíveis pois é necessário que o conhecimento de algo e sua verdade sejam expressos em uma proposição. Já no segundo sentido de logos₂, que significará explicação ou arazoamento, será visto que não há logos ou explicação da verdade dos elementos. Assim os *prima stoicheia* serão não-analisáveis – sutilmente diferente de incognoscíveis mais precisamente falando –, visto que seu caráter simples não admite uma explicação (logos₂) ou arazoamento.

Mariane Oliveira

2. As cinco condições

Voltando para a relação entre os *prima stoicheia* e os compostos, nosso problema concentrar-se-á nas cinco condições que podemos retirar do texto a partir das afirmações sobre o que são os elementos, e, ainda, sobre como a condição da perceptibilidade (“o elemento é sensível”), que parecia ter sido abandonada na primeira seção do *Teeteto* e reaparece aqui, pode se relacionar com as demais. Burnyeat chama atenção para o fato de que não é dado na passagem nenhum exemplo do que sejam os elementos (1990, p. 135). Embora Sócrates mencione itens que só podem ser nomeados, para Burnyeat não fica claro que sejam esses os elementos. No entanto, Borges (2010, p.10) afirma que podemos tirar, das afirmações de Sócrates, cinco condições para algo ser *prima stoicheia*, embora a da não-cognoscibilidade seja problemática, porque se algo não pode ser conhecido, como então extrair condições para sabermos que ele é? Será preciso, como veremos depois, entender essa tese em um sentido mais fraco, no qual há uma via epistêmica para os elementos primitivos.

Entre todas as dificuldades, vejamos que condições são essas, que podem ser extraídas de características mencionadas por Sócrates entre 201d-202c como se segue:

(i) os elementos são inexprimíveis [*aloga*];

(ii) são incognoscíveis [*agnôsta*];

(iii) não é possível usarmos uma série de palavras para expressar [*proseipein*] algo sobre os elementos. Nesse grupo de termos estão: “ser-essência” [*ousia*], “mesmo” [*auto*], “aquele” [*ekeino*], “cada” [*hekaston*], “sozinho” [*monon*] e “isto” [*touto*];

(iv) o elemento é nomeável [*onomaston*];

(v) o elemento é sensível [*aisthêton*].

Podemos chamar essas condições de condições cognitivas que a teoria nos impõe. A cognição não é um traço do elemento, mas sim de um determinado ponto de vista. Diante dessas condições, podemos dizer que há pelo menos duas ações que a alma pode engendrar a partir dos elementos: nomear e perceber, o que nos leva a crer que os elementos não podem ser completamente inacessíveis ao entendimento. Mesmo assim, a relação intrínseca entre os elementos e seu composto parece ser totalmente incognoscível para nós. Isso assemelha-se ao que ficou conhecido na literatura como “assimetria cognitiva”, pois trata-se da não cognição dos elementos sem *logos* e da cognição dos compostos, que possuem *logos*, – dizemos que “assemelha-se” apenas, pois Burnyeat vê a tese da assimetria presente antes dessa passagem, em 201d, e trata não de elementos, mas de proposições que podem ser conhecidas e outras que não podem ser conhecidas (1990, p.133). Uma via entre essas duas posições consiste em compreender que o contraste não se dá entre duas entidades distintas (elemento e composto), mas que, sendo uma só coisa, o contraste reside na diferença lógica sobre a ordem do acesso cognitivo que temos aos itens em diversas situações. Dessa forma, conhecer o composto (acompanhado de *logos*) tem como consequência um conhecimento sobre a condição dos elementos do composto.

Para Burnyeat (1990, p.136-7), há duas interpretações sobre a relação entre nomes e elementos (visto que Sócrates diz que os elementos são nomeáveis). A tese forte diz que os simples só têm nomes – só são nomeáveis – que não é possível percebê-los – o que parece violar a quinta condição --, por exemplo, nem

Mariane Oliveira

fazer sentenças sobre eles. Isso vai contra a própria asserção de Sócrates, uma vez que ele também diz que mesmo não-conhecíveis os elementos são perceptíveis. E se alguém percebe um elemento, não é o caso que ele não faça nada com o elemento a não ser nomeá-lo. Perceber requer certo conhecimento descritivo do objeto algumas vezes. A tese é considerada por Burnyeat como não convincente.

A segunda tese interpreta em sentido forte a segunda maneira de entender logos que já vimos aqui, a saber: como uma enumeração de todos os elementos de um objeto. No entanto, nessa interpretação, também não é possível fazer nenhuma asserção sobre um elemento, somente usá-lo em uma enumeração. Não há ação linguística alguma que se possa performatizar sobre ou com um elemento exceto nomeá-lo e, com isso, coloca-lo em certa enumeração. Essa interpretação também vai contra a asserção de Sócrates acerca da perceptibilidade dos elementos e torna-a, inclusive, auto-refutadora. Mesmo que os elementos fossem perceptíveis, a tese aponta para a dificuldade de fazer asserções verdadeiras sobre elementos que não sabemos quais aparecem para quem, por exemplo, pois saídos de um cenário mobilista torna-se difícil ter uma tese de elementos estáveis.

Para Burnyeat (ver página), uma objeção a essa tese consiste em dizer que mesmo que Sócrates faça asserções sobre os elementos, uma incoerência na exposição da teoria não necessariamente prova a incoerência da teoria. Ainda assim, uma incoerência na teoria não é necessariamente uma objeção à interpretação que visa dizer o que a teoria é e do que trata.

Nosso problema, contudo, reside na análise da quinta condição: a de que o elemento seja sensível. Visamos entender se os elementos de que o autor da teoria do sonho fala limitam-se

ao âmbito físico ou a noção de sensível aqui estende-se a outros objetos também.

Duas hipóteses apresentam-se à análise: (i) podemos entender a perceptibilidade como uma condição **restritiva**, que não se impõe a todos os itens como as outras condições encontradas, mas apenas aos de natureza física. Neste caso, devemos considerar que, de um lado, o autor da teoria tem uma concepção geral de *logos* como “enumeração” e, de outro lado, também os elementos abstratos que tomam um caráter material. A tese seria razoável caso 202b oferecesse qualquer respaldo ao que foi dito acima. No entanto, nada corrobora de modo forte o suficiente tal tese. Já vimos como funcionaria a teoria mediante a tese da “enumeração” e como é fraca a objeção que levanta.

(ii) Podemos compreender a perceptibilidade como condição **geral**, na qual o autor da teoria apresentaria a perceptibilidade como traço essencial de qualquer elemento, o que implica ele ter de admitir que a percepção não se limita aos compostos físicos e abstratos (BURNYEAT, 1990, p. 184 *apud* BORGES, 2010, p. 25). Podem ser “partes, ingredientes, qualidades ou qualquer outro aspecto de algo que seja mencionado em asserções sobre ele.” (BURNYEAT, 1990, p.140). Ao assumir tal tese, o que dizer da ocorrência simultânea da percepção de um item e da visão de sua pertença a uma estrutura? Seriam o mesmo? Ou seria a visão de duas coisas, pois só se conhece o item através do composto e, vendo o item separadamente, o que se vê é outra coisa? O exemplo das partes de um carro de guerra, examinado por Sócrates em 206e-207e ao dizer que: “mas que só quem estiver em condições de acompanhar a essência do carro com a enumeração completa das cem peças de sua fabricação é que, pelo fato mesmo desse conhecimento, adicionou explicação racional à

Mariane Oliveira

opinião verdadeira [...]” parece permitir que digamos que os elementos podem ser, concomitantemente, membros de um composto e perceptíveis sendo uma mesma coisa. Para quem “sabe o que é um carro de guerra” (207^a), ter esse conhecimento é saber claramente de que maneira as partes se organizam para formar o todo do carro (BORGES, 2010, p.37). Aqueles que possuem tal conhecimento (soldados, fazendeiros, marceneiros etc.) engendram facilmente esse conhecimento sem confundir-se. Esse exemplo mostra também a dificuldade de se pensar em itens que participam de uma estrutura sendo pensados apenas fora dessa estrutura, como requer a noção de perceptibilidade como **restritiva**. Isso mostra que não há, em princípio, contraste entre *percepção* e *composição*, pois aquilo que percebemos são os compostos.

3. O argumento de 184-6

Tomando a noção de que percepção e composição não contrastam, ainda temos de determinar como pode haver esse traço geral da sensibilidade para todos os elementos. Veremos o argumento de Sedley, segundo o qual o autor da teoria do sonho concebe a percepção dos elementos como um traço de uma classe de coisas físicas. Isso seria um retorno às considerações de 184-6. Sedley afirma que os elementos de 201e os sensíveis de 184-6 partilham a mesma condição cognitiva, como “particulares”:

It is a commonplace of Platonic thought that what is accessible to the senses is limited to particulars and their properties, while universals, whether at the level of species or genera, are accessible only to the intellect. (SEDLEY, 2004, p. 156)

Além de tratar ambos (elementos e sensíveis) como particulares e com o mesmo acesso epistêmico, Sedley quer mostrar que há na teoria do sonho o mesmo contraste exibido em 184-6. O autor propõe o seguinte paralelo entre os argumentos:

- (i) se x é perceptível, x é um item acessível aos sentidos. Logo, trata-se de um item particular, não um universal (cf. Teeteto 184-6);
- (ii) se os elementos da teoria do sonho são perceptíveis, eles não podem ser itens abstratos ou itens gerais. (SEDLEY *apud* BORGES, 2010, p. 39)

Segundo Sedley, o autor da teoria do sonho sustenta (ii) como equivalente a (i), pois Platão defende, de maneira geral, (i) – o argumento de 184-6, a saber: a não aceitação da definição de conhecimento como sensação. Em outras palavras, (ii) equivale a (i) pois os elementos da teoria do sonho seriam particulares e particulares são objetos das sensações, que não podem ser confundidas com conhecimento. O traço fundamental do argumento que Sedley propõe como paralelo entre 201c-202e e o argumento de 184-6 é que a *episteme* é um estado mental essencialmente distinto do ato de perceber (cf. BORGES, 2010, p. 28).

4. Considerações finais

Nessa leitura, a noção de que a perceptibilidade seja condição geral dos elementos acaba tendo pouco efeito, pois os elementos seriam nada além de particulares, que seriam incognoscíveis. Isso, por um lado, continua de acordo com uma das condições, de que os elementos são incognoscíveis. De outro lado,

Mariane Oliveira

eles têm de ser cognoscíveis de certa maneira, ou não teríamos noções partes e do todo, como no exemplo da carroça. O que podemos dizer em defesa disso é, seguindo Borges, que Platão em (i) admite que não há conhecimento da sensação *bruta*, esta não envolve a apreensão de aspectos gerais do que a engendra. Isso não está exatamente em paralelo com (ii), como quer Sedley, pois o autor do sonho fala não em sensação bruta, mas em perceber um elemento mediante conexões (novamente, o exemplo do carro de guerra). Para afirmar ainda o contraste forte entre razão e sensação expresso no paralelo de Sedley, seria preciso a tese da assimetria que já vimos, que não consta em 184-6 – onde aparece, em vez disso, o contraste entre a impressão bruta e o conhecimento da impressão --, mas consta na tese do sonho e é fundamental para entender a relação lógica entre o composto e os elementos. A tese da assimetria exige não apenas que o elemento seja incognoscível, mas que seja simples, indivisível. No entanto, em 184-6, aparecem atributos distintos dos elementos que podem ser atribuídos a eles ainda que sejam simples e incognoscíveis, como: identidade, diferença e oposição (cf. 185c-d, BORGES, 2010, p. 31). Isso mostra, portanto, que há noções distintas de não cognoscibilidade nas passagens e que não partilham a mesma noção de sensível, o que faz com que tenhamos de deixar de lado o argumento das teses paralelas de Sedley.

Seguindo a argumentação de Borges, o que nos resta, para salvar a condição de perceptibilidade como um aspecto geral dos elementos, é propor que os elementos da teoria do sonho não sejam exclusivamente sensíveis e estejam em uma condição de generalidade: podem ser itens como letras, elementos da natureza, peças de um carro de guerra, números etc. pois “Platão teria pensado em uma forma de perceptibilidade que compreende a percepção física, sem descartar

outras formas de percepção.” (BORGES, 2010, p. 43). Ao postular a condição da perceptibilidade talvez o autor da teoria quisesse manter uma condição positiva na cognoscibilidade dos elementos, mas de uma maneira que não o comprometesse com determinadas consequências – como algumas das que delineamos aqui através do paralelo de Sedley.

Referências bibliográfica

- BORGES, A. Razão e sensação em Teeteto 201d-202c. In: *Philosophos*, Goiânia, v. 15, p.13-47, 2010.
- BOSTOCK, D. *Plato's Theaetetus*. Oxford: OUP, 1988.
- BURNYEAT, M. F. *The Theaetetus of Plato*. Indianapolis/Cambridge: Hackett, 1990.
- COOPER, J. (ed.) *Plato: Complete Works*. Indiana: Indianapolis, 1997.
- DENYER, N. *Language, Thought and Falsehood in Ancient Greek Philosophy*. London-NY: Routledge, 1991.
- FINE, G. *Plato on Knowledge and Forms: Selected Essays*. Oxford University Press, 2003
- PLATÃO. *Teeteto, Crátilo*. Tradução Carlos Aberto Nunes. Belém: EDUFPA, 2001.
- SEDLEY, D. *The Midwife of Platonism*. Oxford: Clarendon Press, 2004.